

CONEN

COORDENAÇÃO NACIONAL
DE ENTIDADES NEGRAS

MANIFESTO DO RIO DE JANEIRO

APRESENTAÇÃO

As rápidas transformações ocorridas ao longo desta década na sociedade brasileira exigiram do movimento negro a necessidade de uma maior articulação da discussão em torno das principais questões que afligem a população negra no Brasil.

Nesse sentido, a realização do I ENEN - Encontro Nacional de Entidades Negras, em novembro de 91, na cidade de São Paulo, representou um momento de articulação das forças presentes no movimento negro brasileiro e apontou para a necessidade do fortalecimento da luta contra o racismo, por meio de orientações políticas mais precisas e planejadas para a atuação das entidades do Movimento Negro.

A estruturação da CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras, ao longo desse período, possibilitou chegarmos ao II ENEN, embora em condições socio-econômicas adversas do encontro anterior, com a perspectiva de definirmos as estratégias que possibilitem resistir e superar as mazelas que estão sendo deixadas pela atual fase do capitalismo mundial, numa sociedade globalizada e cada vez mais excludente.

A realização do II ENEN, de 8 a 11 de outubro de 99, na cidade do Rio de Janeiro, representa um avanço em relação ao I ENEN por aglutinar uma representação significativa da juventude e das mulheres negras e demonstrar uma ampliação da inserção social do movimento negro no conjunto da sociedade brasileira, mais diretamente nos setores populares e mais explorados da população do país.

Porém, diante da conjuntura nacional e internacional, urge a necessidade de investirmos na formação política do conjunto da militância, como prioridade para pensarmos em nosso projeto político de transformação da sociedade brasileira. É esta a preocupação maior deste manifesto que estamos apresentando às entidades negras, aos movimentos sociais, partidos políticos e à sociedade brasileira.

500 ANOS DE RACISMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

As redefinições do capitalismo impostas pelo processo de globalização e pautadas pelo ideário neoliberal estão provocando uma situação contínua de exclusão a partir do aumento do desemprego, da violência, do individualismo exacerbado, do analfabetismo, da falta de ética e discriminação em vários níveis.

O que o mundo já conhecia em fins do século XIX como monopólios, trustes e cartéis, tecendo geoeconomias e geopolíticas de sistemas imperialistas ou economias/mundo já eram prenúncios do que seria o fim do século XX.

Durante o Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, realizado em São Paulo pela CONEN e outras organizações, em novembro de 1995, nos 300 anos da imortalidade de Zumbi, no diálogo com companheiros e companheiras de 19 países presentes realizamos um mapeamento da conjuntura atual, que tem como centro o modelo político econô-

mico neoliberal, responsável pela exclusão e dominação da população negra desses países. Percebemos que, mesmo diante de nossas diversidades culturais e regionais, enfrentamos os seguintes problemas comuns com os quais temos que nos confrontar e buscar soluções.

A QUESTÃO DA TERRA

A terra tem sido e é uma questão fundamental na vida dos nossos povos, não só para a sobrevivência material e física mas, sobretudo, para preservação e continuação de nossas identidades.

Entretanto, em praticamente todos os continentes aprofunda-se o processo de concentração da terra. A divisão territorial privilegia interesses econômicos em detrimento dos interesses das comunidades rurais, dos povos indígenas, dos pequenos produtores e camponeses sem-terra.

A terra é tratada em uma economia de mercado, como uma mercadoria que pode ser trocada, vendida, enfim, como um objeto de lucro.

A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES PARA AS POPULAÇÕES NEGRAS

No Caribe são negadas às populações negras direitos básicos como educação e saúde.

Na América do Norte são desativados programas sociais e conquistas dos últimos anos por meios de muito sangue, organização e luta.

No Brasil e em quase todos os países da América Latina, o projeto neoliberal acirra as desigualdades sociais e amplia o processo de exclusão, tornando precário o acesso das populações à saúde, educação, renda, moradia e meio ambiente favorável.

Frente às transformações urbanas crescem as dificuldades de vida nas cidades. O desemprego, a fome, a pobreza e a violência fazem parte do cotidiano de nossas populações e a expectativa de vida é cada vez mais baixa. Um retrato comum das metrópoles em que habitamos e que se multiplica rapidamente nos pólos urbanos de médio e pequeno porte.

Em nossas cidades é urgente e necessária a participação das populações negras e de suas diferentes formas de organização e representação, na elaboração e implementação de políticas que tornem melhor a qualidade de nossas vidas. Condição fundamental para diminuirmos as impressionantes desigualdades raciais existentes nas áreas urbanas habitadas por não brancos. Para eliminarmos a exclusão e a segregação urbana que se expressa na conformação de cidades distintas - a dos incluídos e a dos excluídos - que habitam o mesmo espaço.

A DESIGUALDADE RACIAL NO TRABALHO

A implementação de ajustes estruturais nas economias de nossos países, baseadas em mirabolantes planos ou projetos de cunho neoliberal, em que o arrocho salarial e a privatização são a centralidade e onde tudo é organizado sobre a lógica do mercado, inclusive os direitos à cidadania, são um cenário comum de nossos continentes.

Neste cenário, as relações de trabalho deixam de ser o principal foco da luta dos trabalhadores; a luta central passa a ser a manutenção do emprego, seja ele qual for. A competição e o individualismo são estimulados, em detrimento da luta por melhores condições, igualdade e ganhos mais justos no trabalho, em que uma imensa maioria de trabalhadores é excluída definitivamente da produção.

Uma situação que propicia a ampliação da desigualdade e divisão racial no trabalho, que se expressa por meio das diferenças salariais entre negros e brancos, diferentes possibilidades de acesso às promoções e maiores taxas de desemprego entre os trabalhadores e trabalhadoras negras.

A VIOLÊNCIA, SEGREGAÇÃO, EXCLUSÃO E EXTERMÍNIO SOBRE A JUVENTUDE NEGRA

Os mesmos rostos, as mesmas culturas e códigos. Até os mesmos símbolos e heróis.

Infelizmente, a mesma realidade, a segregação, a exclusão, o extermínio, a AIDS, as drogas, as armas, o desemprego, a distância da escola, a gravidez precoce e as vítimas preferenciais da violência racial.

Como resposta a esta realidade vista e vivida por crianças, adolescentes e jovens negros, em qualquer rua, bairro, cidade ou país do planeta, a única linguagem que o aprendizado das diversidade lhes ensinou: a violência.

Embora existam em muitos desses países políticas e orientações de governos para proteção de crianças e adolescentes e mesmo que a maioria desses países seja signatária de normas e deliberações internacionais relacionadas à questão, o concreto é que inexistente proteção oficial efetiva a esse segmento populacional.

Como decorrência, as crianças, adolescentes e jovens, continuam submetidos a todos os tipos de constrangimentos que comprometem as situações específicas de seres humanos em formação e desenvolvimento, e o conseqüente direito à vida, acesso aos bens e patrimônios da civilização.

AS OPRESSÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE CONTRA AS MULHERES NEGRAS

A nova ordem mundial contém um projeto político das classes dominantes para perpetuar a opressão da mulher.

O sistema econômico sob o qual vivemos, o capitalismo, precisou se reciclar para fugir das crises que vinha enfrentando. Para escapar da estagnação ele busca novas fontes de produtividade. Ou seja, intensifica a política de novas tecnologias (reestruturação e terceirização), traduzindo com isso a exclusão social.

O que se observa é que os padrões de uma economia voltada para a exportação e para o fluxo rápido dos recursos, determinam uma polarização espacial; a destruição da esfera social e cultural; e a

perpetuação das desigualdades raciais e de gênero.

O incremento da violência no qual se pode destacar o tráfico de mulheres, a esterilização, a prostituição e a violência doméstica; o desemprego e a instituição do subemprego como alternativa imediata; a desestruturação da família como elemento de resistência e a feminização da pobreza possibilitam uma análise rápida e precisa das dificuldades enfrentadas pelas mulheres, sobretudo as mulheres negras.

LUTAR CONTRA O RACISMO É LUTAR CONTRA O CAPITALISMO

O enfrentamento desta situação só é possível com o fortalecimento de articulações nacionais e internacionais, de forma global, e contemplando todos os segmentos organizados.

O Congresso Continental dos Povos Negros das Américas apontou o caminho a ser seguido: visando a mudança e a transformação de nossas realidades, mesmo com nossas diferenças e diversidade de formas de organização e lutas, precisamos pensar, construir alternativas e implementar ações conjuntas.

É urgente a criação de mecanismos de articulação e comunicação entre os povos afroamericanos e caribenhos e destes com setores de outros países que no mundo são igualmente atingidos pelos impactos do modelo neoliberal: índios, camponeses, trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, jovens, mulheres, homossexuais e, enfim, oprimidos de todo o mundo.

Hoje, quando realizamos o II ENEN, às portas do século XXI, lembramos que enquanto projetos de governos neoliberais monitorados pelo Fundo Monetário Internacional são questionados por ampliarem as desigualdades entre ricos e pobres, milhares de vozes e rumores que sempre questionaram esses projetos e modelos econômicos, ecoam nos diversos cantos do mundo.

Aquí no Brasil, em qualquer país da América Latina e do Caribe, nas ruas de Los Angeles, nos lugares destinados aos imigrantes na Europa ou em qualquer canto do continente africano, toda vez que alguém se levanta e grita não ao racismo, certamente é mais uma voz que está se levantando contra o sistema, por entender que esse sistema se alimenta de privilégios e, para mantê-los, fabrica as desigualdades raciais. É nesta direção que, lembrando Malcolm X, um dos mais importantes militantes do combate ao racismo deste século, os delegados e delegadas do II ENEN reafirmam: não há capitalismo sem racismo e não há como lutar contra um - o capitalismo - sem combater o outro: o racismo.

UM GRITO QUE VEM DA ÁFRICA

Dados estarrecedores têm sido divulgados pelos meios de comunicação e por organismos internacionais sobre a pobreza e a qualidade de vida das populações do continente africano.

Estes dados demonstram que os países africanos, em que pese algumas transformações nas estruturas sociais e políticas, motivadas pela luta de seus povos diante da colonização europeia, estão sendo abandonados pelo resto do mundo.

Grande parte da população do continente africano vive em condições absolutas de pobreza. Para a ideologia neoliberal e a globalização, a África não aparece no mapa da mundialização do capital.

Os delegados e delegadas do II ENEN, atendendo ao grito que vem da África, definiram como uma das tarefas da CONEN e como uma das prioridades de sua agenda política, a solidariedade ao continente africano.

AS MARCAS DO RACISMO NO BRASIL

Os debates e resoluções do II ENEN mostraram que em nosso país os negros sofrem um processo de exclusão centenário e que atualmente, diante das conseqüências da globalização e do neoliberalismo, a situação da população negra e pobre assume proporções dramáticas.

Ocupamos os setores em que as estatísticas demonstram o menor nível de escolaridade, os mais baixos rendimentos e o maior índice de desemprego.

A população negra está jogada nas periferias das cidades, à margem do sistema social, econômico e político, a despeito de ser a maioria da população brasileira.

A pirâmide social coloca homens e mulheres brancos no topo e homens e mulheres negras na base.

O racismo é assim, uma ideologia que legitima a concentração de riqueza, a exclusão da maioria por meio da manutenção da injustiça social. No Brasil este fator é ainda mais grave porque o país edificou um sistema capitalista sobre um sistema escravista. E é evidente que a ideologia racista, gestada no período da escravidão, passou a ser legitimadora da exclusão social e racial promovida pelo capitalismo e agora radicalizada pelo neoliberalismo.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, ao dar continuidade à aplicação do projeto neoliberal em nosso país, iniciado com o governo Collor, aprofundou as marcas sociais do racismo brasileiro.

As periferias, onde habitam os negros, transformaram-se em lixeiras humanas nas quais a população, principalmente a juventude negra, é dizimada pela violência policial, social e racial.

Cresce o desemprego particularmente entre os negros, contribuindo para o desmantelamento do tecido social. Segundo os últimos dados oficiais, somente 33% da população economicamente ativa (ou seja, aqueles que trabalham ou buscam trabalho) têm carteira assinada. Passamos a ocupar o trabalho informal sem nenhuma garantia trabalhista.

O precário sistema de atendimento social e público (saúde, educação, previdência e assistência social, moradia popular) é sucateado com a prioridade dada pelo governo em pagar a dívida pública.

A recente reforma da Previdência, imposta pelo governo, trocou a expressão tempo de serviço por tempo de contribuição para o benefício da aposentadoria. Isto significa que 67% da PEA - População Economicamente Ativa -, que não possuem registro em carteira, portanto, não contribuem com a Previdência, estarão excluídos futuramente do direito à aposentadoria - o futuro de grande parte da população negra.

O desmonte do Estado brasileiro, além de arrebentar o sistema de atendimento social, retira uma

das poucas oportunidades de emprego que negros e negras tinham uma vez que o ingresso no emprego público independe da seleção visual.

A indústria retrai-se e corta vagas. Epidemias e doenças como a dengue, AIDS, febre amarela e tuberculose, vitimam jovens e adultos negros que vivem em condições precárias de saneamento básico e saúde. A fome atinge 32 milhões de brasileiros.

No campo, apenas 35% da terra agricultável brasileira são aproveitadas; os latifundiários e a direita brasileira resistem, inclusive armados, a qualquer proposta de reforma agrária. As comunidades negras rurais estão lutando para garantir seus direitos constitucionais de propriedade da terra onde vivem há longos anos.

Neste cenário, o combate ao racismo está associado à luta contra o capitalismo. A democratização do poder, a distribuição das rendas e a questão da terra tornam-se eixos que devem orientar a nossa mobilização e organização.

É impossível pensar a superação do racismo sem que essas condições sejam garantidas para todos.

Superar o racismo implica, antes de tudo, garantir condições iguais e dignas de vida para todos, visando superar as desigualdades de raça, classe, gênero e orientação sexual. Implica redistribuição radical das riquezas e dos gastos públicos para as políticas de atendimento às demandas sociais. Em uma política pública que priorize os setores menos favorecidos, principalmente quando sintetizam alto grau de pobreza, de discriminação racial ou de gênero, na perspectiva de atingir a igualdade de condições sociais.

Implica construir um projeto político em que a igualdade social e a pluralidade racial sejam os pontos centrais deste projeto de transformação da sociedade brasileira.

DISCRIMINAÇÃO, INTOLERÂNCIA: ASSIM SÃO TRATADAS NO BRASIL AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS

O constante ataque às práticas religiosas de matrizes africanas no Brasil é uma realidade.

São comuns as frases e visões pejorativas à nossa concepção de sagrado. Nossos Orixás, Inkices e Vodunsis são constantemente desrespeitados em nome de uma hegemonia cristã, como se não existíssemos como religiosos e nossos símbolos fossem uma contraposição desta ordem.

Os meios de comunicação utilizam-se de suas potencialidades para deturpar, mistificar e criar uma falsa idéia do que sejam as religiões de matrizes africanas. Nestes, a nossa religião ainda é relegada à condição de seita.

Se ainda neste final de século, após 500 anos de exploração e racismo, as religiões de matrizes africanas sobrevivem é devido a resistência manifestada pela oralidade e crença na ancestralidade do povo negro.

É urgente e necessário que na campanha "Brasil: Outros 500", as religiões de matrizes africanas sejam contempladas dentro de suas ações e que sejam garantidas políticas que visem a difusão do co-

nhcimento e da importância destas junto à população negra.

O Brasil ainda respira o cheiro da "Casa Grande e Senzala". Quem deve gritar a realidade somos nós que a vivemos!

RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR - BRASIL: OUTROS 500

É neste contexto e com estes objetivos que a CONEN, em conjunto com diversos movimentos sociais e partidos, está impulsionando a campanha "Brasil Outros 500 - Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular".

Esta campanha, lançada em âmbito nacional no dia 19 de Abril de 1999, na cidade de Salvador, Bahia, tem como proposta desmistificar os 500 anos de uma permanente política de exploração e opressão sobre o povo deste país, desde a invasão portuguesa até os dias atuais.

Faz um contraponto as posições de governos e instituições que pretendem festejar os "500 anos de descobrimento do Brasil" ou "500 anos do Brasil" e comemorar com todas as pompas no ano 2000, o aniversário de cinco séculos de uma sociedade ideal, na tentativa de nos convencer de que sucessivos governos maravilhosos e justos, construíram neste território um país harmonioso e bem sucedido, onde nada tem faltado para seu povo.

Mostra um outro país no qual estes privilegiados, que em sua maioria possuem descendentes que se perpetuam no poder até os dias atuais, ao longo da história acumularam riquezas, produziram monstruosos patrimônios familiares ou de grupos econômicos, oligarquias e latifúndios, explorando nossa força de trabalho ou assaltando os cofres públicos.

Resgata a história de luta de um povo, o negro, o índio, as classes sociais e setores populares, para preservar seus territórios, suas culturas, suas identidades, suas religiões, seus projetos de vida e de um outro Brasil, com uma sociedade mais justa e mais humana.

Para atingir seus objetivos a campanha vai desencadear um conjunto de ações no ano 2000, tendo como centro a realização, durante o mês de abril, de diversas atividades no extremo sul da Bahia - marcha conjunta, ato ecumênico e cultural - para estimular a sociedade brasileira a refletir sobre o significado destes 500 anos de história do ponto de vista indígena, negro e popular

É a partir do ideário dessa campanha - Brasil: Outros 500, que, com um olhar no passado e os pés no presente, nos estimula a sermos os sujeitos do nosso futuro, do futuro dos nossos filhos e do povo negro em nosso país e no mundo, que finalizando este manifesto nos dirigimos às entidades do movimento negro e conclamos todas as forças políticas e organizações representativas dos diferentes segmentos da população brasileira, a nos mobilizarmos para juntos darmos uma maior visibilidade racial aos graves problemas sociais do país. A enterrarmos definitivamente o mito da democracia racial, mostrando a questão racial como um dos grandes impasses nacionais a serem solucionados para a construção de um outro Brasil, livre dos valores e da opressão do racis-

mo, democrático, justo e igualitário.

Com esses propósitos a CONEN implementará as campanhas, a agenda política e o plano de lutas aprovados no II ENEN. Privilegiará suas ações nos movimentos sociais e partidos que se coloquem no campo democrático e popular. Envidará esforços juntamente com esses segmentos, no sentido de intervir na realidade social concreta, na luta por emprego, saúde, educação, moradia e pelos direitos dos trabalhadores, fortalecendo o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania, somando forças para a constituição de um amplo movimento em defesa do Brasil!

II ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS 11 DE OUTUBRO DE 1999 - RIO DE JANEIRO/RJ - BRASIL